

## PROGRAMA DE DISCIPLINA

**Curso:** DIREITO

**Ano:** 2016

**Período:** 7º

**Disciplina:** Finanças Públicas e Direito Financeiro

**Aulas Teóricas:** 36

**Aulas Práticas:** 0h

**Carga Horária:** 36h

**Docente:**

### EMENTA DA DISCIPLINA

O fenômeno financeiro. O Direito Financeiro. Patrimônio do Estado. Atividade Financeira do Estado. O Crédito Público. A Moeda. O Sistema Financeiro Nacional. A Ação Governamental. A judicialização e os custos do processo e seus reflexos para a economia brasileira. Direito Orçamentário. Leis Orçamentárias. Execução da Lei do Orçamento Anual. Controle da Execução Orçamentária.

### OBJETIVOS DA DISCIPLINA NO CURSO

**Objetivo Geral:**

- Proporcionar ao aluno o conhecimento sobre o Direito Financeiro enquanto ramo da ciência jurídica, os elementos da atividade financeira do Estado e principais institutos do Direito Financeiro.

**Objetivos Específicos:**

- Proporcionar aos alunos a capacidade de interpretar os fatos históricos e econômicos que marcaram a evolução da disciplina jurídica da atividade financeira do Estado;
- Levar os alunos ao entendimento dos conceitos fundamentais do direito financeiro e capacitá-los a avaliar as modalidades, características e controvérsias da área financeira que é de importância nos diferentes campos de sua atuação.

### TEMAS DE ESTUDO

I - APRESENTAÇÃO

1. Apresentação pessoal e inicial da ementa da disciplina.
2. Ponderações acerca dos objetivos gerais e específicos.
3. Inserção da matéria no contexto interdisciplinar e das exigências pessoais no tocante ao comportamento esperado.
4. Apresentação do conteúdo programático e das flexibilizações possíveis.
5. Da estratégia de ensino.
6. Das avaliações.
7. Da bibliografia e dicas de estudo.

UNIDADE I. Noções Introdutórias

1. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado
2. Ciência das Finanças e Direito Financeiro
3. O Direito Financeiro no quadro da Ciência do Direito

4. Definição e princípios
  5. Normas Gerais de Direito Financeiro
- UNIDADE II. Despesa pública
1. Conceito e características
  2. Despesas obrigatórias, constitucionais, legais e facultativas, Despesas com pessoal (Lei de Responsabilidade Fiscal)
  3. Regime Jurídico
- UNIDADE III. Receita Pública
1. Entradas e receitas. Classificação das receitas
  2. Receitas derivadas. Receitas tributárias
  3. Receitas originárias. Teoria dos preços
  4. Federalismo fiscal.
- UNIDADE IV. Orçamento
1. Conceito. Origem
  2. Regime jurídico do orçamento público. Direito Constitucional orçamentário. Princípios orçamentários
  3. Leis orçamentárias. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentária. Lei Orçamentária Anual
  4. O orçamento na Lei nº. 4.320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- UNIDADE V. Crédito Público ou Dívida Pública
1. A Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)
  2. A dívida interna e a dívida externa
  3. Dívida pública quanto ao seu prazo: flutuante, fundada ou consolidada
  4. A extinção da dívida pública
  5. A intervenção decorrente da dívida fundada.

### FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será efetuada mediante realização de uma prova específica sobre a matéria ministrada por bimestre com peso total 4,0, uma avaliação interdisciplinar por bimestre com peso total 3,0, trabalhos diversos sobre temas controvertidos da disciplina com peso total 3,0, totalizando nota 10,0.

### METODOLOGIA

As aulas serão expositivas com a utilização de data-show e quadro, utilizando-se com freqüência dos seguintes recursos: exercícios práticos aplicados em sala de aula, estudo de casos, eventuais trabalhos em grupo ou individual, prova escrita e seminários.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 9ªed. rev. e compl. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002. 406 p.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 6ªed. rev. atual. ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. 796 p.
- TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 19ªed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Renovar, 2003. 418 p.
- BALEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. 18ªed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Forense,

2003. 548 p.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário: O Orçamento na Constituição - Vol. 5. 2ªed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Renovar, 2000. 519 p.

---

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

---

CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury. Orçamentos públicos e direito financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 1342 p.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário: Vol. III - Os Direitos Humanos e a Tributação: Imunidades e Isonomia. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Renovar, 1999. 593 p.

LEITE, Harrison. Manual de Direito Financeiro. 3ªed. rev. ampl. atual. Bahia: Editora JusPodivm, 2014. 414 p.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Gastos Públicos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. 174 p.

SQUIZZATO, Ana Carolina. Direito financeiro e econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 354 p.

---

Telêmaco Borba, 05 de fevereiro de 2016.

Gilmara Aparecida Rosas Takassi  
Coordenadora